

**O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A VULNERABILIDADE SOCIAL NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**

**WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE AND SOCIAL VULNERABILITY IN
PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT)**

**EL TRABAJO COMO PRINCIPIO EDUCATIVO Y LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN
LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EPT)**



10.56238/revgeov17n1-114

Carlos Alberto de Morais

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Instituição: Instituto Federal Goiano (IF GOIANO) - Campus Ceres

E-mail: caadmo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7551-2654>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2057911150679355>

Mirelle Amaral de São Bernardo

Doutorado em Linguística
Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

E-mail: mirelle.bernardo@ifgoiano.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3537-7273>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1487117671763782>

Rhanya Rafaella Rodrigues

Doutorado em Letras e Linguística
Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: rhanya.rodrigues@ifgoiano.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3508-254X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294193411339202>

RESUMO

Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é atravessada por contradições estruturais que historicamente mantêm a separação entre formação humanística e formação profissional, incidindo de modo particular sobre estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o trabalho como princípio educativo constitui categoria central para a análise crítica das relações entre educação, desigualdade social e mundo do trabalho. Este artigo analisa a articulação entre o trabalho em sua dimensão ontológica, a vulnerabilidade social e a segregação escolar no âmbito da EPT, considerando seus efeitos sobre o acesso, a permanência e a formação dos sujeitos. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico, fundamentado em revisão narrativa crítica da literatura, ancorada no referencial do campo Trabalho e Educação. A análise evidencia que a vulnerabilidade social não deve ser compreendida como atributo individual, mas como produto das contradições estruturais do capitalismo, das barreiras à mobilidade social e dos processos de segregação territorial e escolar. Conclui-se que uma EPT comprometida com a emancipação humana exige o enfrentamento articulado



das desigualdades de classe, raça, gênero e território, por meio de projetos formativos integrados que possibilitem aos sujeitos das classes trabalhadoras compreender, questionar e transformar o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho como Princípio Educativo. Vulnerabilidade Social. Segregação Escolar. Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

Professional and Technological Education (PTE) in Brazil is shaped by structural contradictions that historically sustain the separation between humanistic education and professional training, particularly affecting students in situations of social vulnerability. In this context, work as an educational principle constitutes a central analytical category for critically examining the relationships between education, social inequality, and the world of work. This article analyzes the articulation between work in its ontological dimension, social vulnerability, and school segregation within the field of PTE, considering their effects on students' access, permanence, and educational trajectories. Methodologically, the study is characterized as a theoretical essay grounded in a critical narrative review of the literature, anchored in the theoretical framework of the Work and Education field. The analysis demonstrates that social vulnerability should not be understood as an individual attribute, but rather as a product of the structural contradictions of capitalism, barriers to social mobility, and processes of territorial and school segregation. It is concluded that a form of PTE genuinely committed to human emancipation requires an articulated confrontation of class, race, gender, and territorial inequalities, through integrated educational projects that enable working-class subjects not only to enter the world of work, but also to understand, question, and transform it.

Keywords: Professional and Technological Education. Work as an Educational Principle. Social Vulnerability. School Segregation. Integrated Secondary Education.

RESUMEN

La Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil está atravesada por contradicciones estructurales que históricamente mantienen la separación entre formación humanística y formación profesional, afectando de modo particular a los estudiantes en situación de vulnerabilidad social. En este contexto, el trabajo como principio educativo se constituye en una categoría central para el análisis crítico de las relaciones entre educación, desigualdad social y mundo del trabajo. Este artículo analiza la articulación entre el trabajo en su dimensión ontológica, la vulnerabilidad social y la segregación escolar en el ámbito de la EPT, considerando sus efectos sobre el acceso, la permanencia y la formación de los sujetos. Metodológicamente, se trata de un ensayo teórico, fundamentado en una revisión narrativa crítica de la literatura, anclada en el referencial del campo Trabajo y Educación. El análisis evidencia que la vulnerabilidad social no debe ser comprendida como un atributo individual, sino como producto de las contradicciones estructurales del capitalismo, de las barreras a la movilidad social y de los procesos de segregación territorial y escolar. Se concluye que una EPT comprometida con la emancipación humana exige el enfrentamiento articulado de las desigualdades de clase, raza, género y territorio, por medio de proyectos formativos integrados que posibiliten a los sujetos de las clases trabajadoras comprender, cuestionar y transformar el mundo del trabajo.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. Trabajo como Principio Educativo. Vulnerabilidad Social. Segregación Escolar. Bachillerato Integrado.



1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no contexto brasileiro, constitui um campo privilegiado de análise das contradições entre trabalho, educação e desigualdade social. Embora frequentemente apresentada como estratégia de inclusão e qualificação da força de trabalho, a EPT permanece atravessada por disputas teóricas e políticas que revelam a permanência da dualidade estrutural da educação, historicamente marcada pela separação entre formação humanística e formação técnico-instrumental. Tal dualidade expressa, no plano educacional, as desigualdades próprias da sociabilidade capitalista e impõe limites à efetivação de uma formação voltada à emancipação da classe trabalhadora.

A partir da concepção de trabalho como categoria fundante da existência social, conforme elaborada por Saviani (2003) e ancorada na tradição marxista, compreende-se que o trabalho não se reduz a uma atividade produtiva, mas constitui o princípio ontológico por meio do qual os sujeitos produzem a si mesmos e as condições materiais e simbólicas de sua existência. As formas históricas de organização do trabalho condicionam, portanto, as formas assumidas pela educação. Em sociedades capitalistas, estruturadas pela divisão de classes e pela exploração do trabalho, a educação tende a se organizar de modo fragmentado, destinando às elites uma formação ampla e intelectualizada, enquanto reserva às classes trabalhadoras uma escolarização funcional e subordinada às demandas do mercado.

Nesse sentido, a literatura do campo Trabalho e Educação tem evidenciado que o dualismo educacional não resulta de disfunções pontuais, mas de um projeto social que converte a escola em instrumento de reprodução das desigualdades. Bourdieu e Passeron (2015) demonstram que a instituição escolar opera como mecanismo de legitimação da ordem social, transformando desigualdades de classe em diferenças escolares naturalizadas. No âmbito da EPT, autores como Ciavatta (2014) e Moura (2008) argumentam que a negação do acesso ao conhecimento científico, cultural e politécnico compromete a formação omnilateral dos estudantes e reforça a subordinação da educação profissional aos interesses do capital.

A análise da vulnerabilidade social, nesse contexto, exige o afastamento de abordagens individualizantes que atribuem aos sujeitos a responsabilidade por sua condição social. Monteiro (2011) critica concepções que reduzem a vulnerabilidade a atributos pessoais ou a situações de risco isoladas, pois tais leituras ocultam seu caráter estrutural. Conforme discutem Carmo e Guizardi (2018), a vulnerabilidade social resulta de processos históricos de exclusão e de barreiras à mobilidade social, atravessadas por dimensões econômicas, raciais, de gênero e territoriais, que incidem diretamente sobre as trajetórias educacionais e laborais dos sujeitos.

Castel (2005) contribui para esse debate ao destacar o trabalho como eixo central de inserção e proteção social. A precarização das relações de trabalho, analisada por Antunes (2011), fragiliza os mecanismos de integração social e amplia as condições de vulnerabilidade e desfiliação. Nessa



conjuntura, a EPT assume papel ambíguo: pode operar como estratégia de mera adaptação dos trabalhadores às formas precarizadas de trabalho ou constituir-se como espaço de formação crítica, capaz de problematizar as relações sociais de produção e ampliar as possibilidades de emancipação.

Essa ambiguidade se intensifica diante do fenômeno da segregação escolar, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades sociais. Estudos como os de Broccolichi, Ben Ayed e Trancart (2010) evidenciam que a segregação escolar se articula à segregação territorial, concentrando estudantes de origem popular em instituições precarizadas e com menor acesso ao conhecimento socialmente produzido. No Brasil, essa dinâmica reforça a histórica dualidade dos sistemas educativos, conforme analisa Saviani (2011), aprofundando a distância entre a educação destinada às elites e aquela oferecida à classe trabalhadora.

Diante dessas determinações, torna-se central retomar o trabalho como princípio educativo, conforme formulado por Gramsci (2001), Frigotto (2012) e Ramos (2008), em articulação com os conceitos de escola unitária, formação omnilateral e educação politécnica. Essas categorias permitem compreender o Ensino Médio Integrado como uma possibilidade concreta — ainda que tensionada — de enfrentamento da fragmentação formativa e de construção de uma educação orientada pelo trabalho, pela ciência e pela cultura, em oposição à lógica estritamente mercadológica denunciada por Mészáros (2005).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar criticamente a relação entre o trabalho como princípio educativo, a vulnerabilidade social e a segregação escolar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um ensaio teórico de natureza crítico-dialética, fundamentado em revisão narrativa da literatura, que mobiliza produções clássicas e contemporâneas do campo Trabalho e Educação para problematizar os limites e as possibilidades da EPT frente às desigualdades estruturais da sociedade capitalista.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo é um ensaio teórico de natureza crítico-dialética, fundamentado em revisão narrativa da literatura. Essa escolha metodológica visa permitir uma análise detalhada e crítica das relações entre o trabalho como princípio educativo e a vulnerabilidade social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando as complexidades sociais e educativas que o tema envolve.

O universo investigado compreende produções acadêmicas selecionadas nas bases SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, incluindo artigos, livros e documentos que abordam teorias e pesquisas sobre educação, trabalho, vulnerabilidade social, segregação escolar e políticas educacionais voltadas à EPT. Foram incluídos textos que contribuem para a discussão crítica da questão estudada, privilegiando autores e obras reconhecidas no campo.

A coleta de dados se deu por meio da busca e seleção das publicações relevantes para o tema, utilizando palavras-chave específicas relacionadas aos conceitos centrais do estudo. A seleção seguiu critérios de relevância e atualidade, garantindo a consistência teórica e empírica da análise.

Os dados coletados foram tratados por meio da análise qualitativa de conteúdo, com identificação e categorização de temas, conceitos e relações presentes nos textos selecionados. A análise possibilitou a articulação dos referenciais teóricos e a construção de uma argumentação consistente sobre o papel do trabalho na formação humanística e profissional dos sujeitos vulneráveis na EPT.

Por se tratar de pesquisa documental e teórica, o estudo não envolveu sujeitos humanos diretamente, não demandando aprovação de comitê de ética. Foram respeitados os preceitos éticos relativos à correta atribuição das fontes e uso de citações conforme as normas da ABNT, garantindo o reconhecimento das contribuições originais e a transparência intelectual.

3 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, VULNERABILIDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Partir do pressuposto de que a formação humana se realiza por meio do trabalho implica reconhecê-lo como categoria fundante da existência social. Na perspectiva ontológica desenvolvida por Saviani (2003), é por meio da atividade laboral que os seres humanos produzem as condições materiais de sua vida, transformam a natureza e constroem a cultura e o mundo social. As formas históricas assumidas pelo trabalho, portanto, não apenas organizam a produção da existência, mas condicionam os modos de sociabilidade e os processos educativos, que se reconfiguram conforme as transformações dos modos de produção.

Em sociedades capitalistas, marcadas pela divisão social do trabalho e pela apropriação privada dos meios de produção, essa relação se expressa de modo contraditório. A educação tende a reproduzir o dualismo estrutural que reserva uma formação humanística e integral às classes dominantes, enquanto destina às classes trabalhadoras uma formação técnica fragmentada, orientada prioritariamente à inserção subordinada no mercado de trabalho (Saviani, 2003; Frigotto, 2012). Nesse contexto, o trabalho como princípio educativo assume centralidade política e pedagógica, ao tensionar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual e ao reivindicar uma formação que integre conhecimento científico, técnico e cultural.

A noção de politecnia, tal como formulada por Saviani, expressa esse horizonte ao propor a superação da fragmentação do saber e a valorização de uma formação multilateral, capaz de articular teoria e prática e de possibilitar aos sujeitos compreenderem criticamente os processos produtivos dos quais participam. Trata-se, portanto, de uma concepção de educação que se opõe tanto ao adestramento



técnico quanto à mercantilização do ensino, reconhecendo o conhecimento como dimensão indispensável à emancipação humana e não como privilégio de classe (Mészáros, 2005).

Essa discussão ganha densidade quando articulada às transformações contemporâneas do mundo do trabalho. A precarização estrutural analisada por Antunes (2011) e o enfraquecimento dos sistemas de proteção social evidenciam que o trabalho, embora permaneça central como forma de inserção social, tem perdido sua capacidade de garantir estabilidade, direitos e dignidade. Castel (1998; 2005) demonstra que a fragilização do vínculo laboral expõe amplos contingentes sociais a situações de vulnerabilidade, rompendo os mecanismos que historicamente protegiam os indivíduos contra a exclusão social.

A vulnerabilidade social, nesse sentido, não pode ser compreendida como atributo individual ou condição circunstancial. Conforme argumentam Monteiro (2011) e Carmo e Guizardi (2018), abordagens que individualizam a vulnerabilidade tendem a obscurecer seus determinantes estruturais e a responsabilizar os sujeitos por processos que são produzidos pelas contradições do capitalismo. A vulnerabilidade expressa, antes, a articulação entre desigualdades econômicas, barreiras de mobilidade social e marcadores sociais como raça, gênero e território, que condicionam de maneira desigual o acesso aos bens materiais e simbólicos necessários à vida digna (Guareschi, 2007).

Quando transposta para o campo educacional, essa condição se manifesta de forma particularmente perversa. A relação entre vulnerabilidade social e educação revela como desigualdades sociais se convertem em desigualdades escolares, por meio da precarização da infraestrutura, da limitação do acesso à cultura e da organização dual dos sistemas educativos (Bourdieu; Passeron, 2015; Algebaile, 2009; Saviani, 2011). Nesse processo, a escola deixa de operar como instância de enfrentamento das desigualdades e passa a funcionar como mecanismo de sua legitimação.

Um dos fenômenos centrais nesse debate é a segregação escolar. Trata-se de um processo multidimensional que se expressa na distribuição desigual de estudantes entre escolas e territórios, reproduzindo hierarquias sociais e aprofundando as desigualdades educacionais. Estudos como os de Broccolichi, Ben Ayed e Trancart (2010) demonstram que a segregação escolar tende a ser mais intensa em contextos de elevada desigualdade social, onde se articulam segregação residencial, precariedade das políticas públicas e competição entre instituições escolares. Embora analisado em outros contextos nacionais, esse fenômeno se mostra plenamente aplicável à realidade brasileira, marcada por profundas assimetrias territoriais e educacionais.

Saviani (2008) destaca que a educação pode operar em duas direções antagônicas: como instrumento de promoção da justiça social ou como mecanismo de reprodução da discriminação. No Brasil, a persistência da dualidade educacional — em que a elite assegura acesso a instituições de maior prestígio enquanto as classes populares dependem de uma oferta pública frequentemente



precarizada — reforça a tendência à segregação escolar e à reprodução intergeracional das desigualdades (Saviani, 2011; Mendes, 2024).

É nesse cenário que a Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como campo estratégico de disputa. A defesa do trabalho como princípio educativo, articulada à concepção de escola unitária formulada por Gramsci (2001), fundamenta a proposta de uma formação humana integral, omnilateral e politécnica, capaz de integrar trabalho, ciência e cultura. Como argumentam Frigotto, Ciavatta e Moura (2012), o Ensino Médio Integrado representa uma possibilidade concreta de enfrentamento do dualismo estrutural, desde que compreendido não como mera justaposição entre ensino médio e formação técnica, mas como projeto político-pedagógico orientado à emancipação.

Contudo, a implementação dessa proposta encontra limites significativos em contextos marcados por políticas educacionais de orientação neoliberal. Ciavatta (2014) evidencia que a derrota histórica do projeto de formação integrada está associada à subordinação da educação às demandas do mercado e à transformação do ensino em mercadoria. Ainda assim, a retomada da integração entre ensino médio e educação profissional, a partir do Decreto nº 5.154/2004 e da Lei nº 11.741/2008, expressa a permanência das disputas em torno do sentido social da EPT (Chisté, 2014).

Ramos (2008) reforça que o ensino médio deve ser concebido como espaço de formação de sujeitos de direitos no presente, e não apenas como preparação para um futuro indefinido. Nessa perspectiva, educar para o mundo do trabalho implica possibilitar aos estudantes compreenderem criticamente as relações sociais que estruturam a produção, evitando a naturalização da exploração e das desigualdades.

Assim, articular trabalho como princípio educativo, vulnerabilidade social e segregação escolar implica reconhecer que a EPT pode tanto reproduzir quanto tensionar as hierarquias sociais existentes. Sua potência emancipadora depende da adoção de projetos formativos comprometidos com a superação do dualismo educacional, com o enfrentamento das desigualdades estruturais e com a construção de práticas pedagógicas críticas, capazes de transformar a escola em espaço de resistência e de ampliação dos horizontes de vida das classes trabalhadoras.

4 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das análises desenvolvidas, reafirma-se que o trabalho, compreendido como princípio educativo e categoria fundante da existência social, constitui eixo central para a leitura crítica da Educação Profissional e Tecnológica em contextos atravessados por profundas desigualdades. A consideração de sua dimensão ontológica evidencia que o dualismo educacional e a fragmentação curricular não se configuram como distorções ocasionais, mas como expressões históricas das relações de classe que estruturam a sociabilidade capitalista. Nesse cenário, a destinação de uma formação técnica instrumental às classes trabalhadoras, em contraposição a uma formação omnilateral,



humanística e científica reservada às elites, reafirma o caráter seletivo e excludente dos sistemas educativos (Saviani, 2003; Antunes, 2011; Castel, 2005).

O diálogo com a produção do campo Trabalho e Educação — particularmente com Saviani (2003), Frigotto (2012), Ciavatta (2014), Moura (2008, 2013) e Gramsci (2001) — permite sustentar que a EPT, quando orientada pelos princípios da escola unitária, da formação integrada e da educação politécnica, pode constituir-se como espaço de resistência às racionalidades neoliberais que subordinam a educação às demandas imediatas do capital. Nessa direção, o Ensino Médio Integrado apresenta-se como possibilidade concreta de enfrentamento da dualidade estrutural, ao articular trabalho, ciência, cultura e formação cidadã. Todavia, essa potencialidade permanece tensionada por limites políticos, materiais e institucionais próprios de uma sociedade capitalista periférica, na qual projetos emancipatórios disputam espaço com agendas voltadas à empregabilidade e à flexibilização da formação.

A análise da vulnerabilidade social evidenciou a necessidade de romper com abordagens individualizantes e moralizantes que obscurecem suas determinações estruturais. As contribuições de Monteiro (2011), Carmo e Guizardi (2018), Castel (2005) e Bourdieu e Passeron (2015) permitem compreender a vulnerabilidade como resultado das relações sociais de produção, atravessadas por marcadores de classe, raça, gênero e território, que incidem diretamente sobre as trajetórias educacionais. Nesse sentido, a EPT é convocada a assumir um papel político explícito: não apenas acolher sujeitos em situação de vulnerabilidade, mas problematizar as condições sociais que os produzem, promovendo processos formativos capazes de fomentar a leitura crítica da realidade e a ação coletiva transformadora.

A articulação entre vulnerabilidade social e segregação escolar reforça o entendimento de que os espaços educativos são territórios de disputa. A distribuição desigual de recursos, a precarização da infraestrutura em determinados territórios e a persistência de políticas educacionais orientadas por racionalidades neoliberais contribuem para a conversão de desigualdades sociais em desigualdades escolares legitimadas. Nessa dinâmica, a EPT pode operar tanto como mecanismo de reprodução das hierarquias sociais quanto como espaço de contestação e resistência, a depender do projeto político-pedagógico que a orienta e das condições concretas de sua implementação (Saviani, 2008, 2011; Ribeiro, 2017; Mendes, 2024).

Do ponto de vista propositivo, os resultados deste ensaio reforçam a necessidade de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica comprometidas com a formação humana integral, que ultrapassem a lógica restrita da empregabilidade e do adestramento técnico. Isso implica investir em currículos integrados, em processos contínuos de formação docente ancorados na pedagogia crítica, em gestão democrática e em ações institucionais que enfrentem, de modo articulado, as desigualdades de classe, raça, gênero e território. Trata-se de recolocar a EPT no horizonte da emancipação humana,



reconhecendo os estudantes como sujeitos históricos e políticos, e não apenas como força de trabalho em formação.

No que se refere às limitações do estudo, destaca-se o fato de tratar-se de um ensaio teórico, baseado em revisão narrativa da literatura o que, embora permita aprofundar a análise conceitual e crítica das categorias trabalho, vulnerabilidade social e segregação escolar, não contempla a investigação empírica das múltiplas formas pelas quais essas determinações se expressam no cotidiano das instituições de EPT. Além disso, o recorte analítico não esgota a diversidade de experiências, políticas e arranjos institucionais existentes no território brasileiro, marcado por profundas desigualdades regionais.

Diante disso, aponta-se como agenda para estudos futuros a realização de pesquisas empíricas — qualitativas e quantitativas — que analisem a materialização do trabalho como princípio educativo em cursos de EPT, especialmente no Ensino Médio Integrado, considerando as condições concretas de implementação, as práticas pedagógicas e as experiências dos estudantes em contextos de vulnerabilidade social. Investigações que articulem território, segregação escolar e políticas educacionais, bem como estudos comparativos entre diferentes redes e instituições, podem contribuir para aprofundar a compreensão dos limites e das potencialidades da EPT como espaço de formação crítica e emancipatória.

Por fim, reafirma-se que a defesa do trabalho como princípio educativo, em articulação com a crítica à vulnerabilidade social e à segregação escolar, não se constitui apenas como escolha teórica, mas como posicionamento ético e político. Em um contexto de intensificação das desigualdades e de mercantilização da educação, reafirmar a centralidade do trabalho, da ciência e da cultura na formação humana integral é condição indispensável para que a Educação Profissional e Tecnológica se coloque a serviço da construção de uma sociedade menos desigual, democrática e socialmente justa.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal Goiano pelo apoio financeiro concedido para a publicação deste artigo, o que evidencia o compromisso institucional com o incentivo à pesquisa e à divulgação científica na educação profissional e tecnológica.



REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2009.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a Metamorfose e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 abr. 1997, p. 7.760.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 2004.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARMO, Michelly Eustáquia do.; GUIZARDI, Francini Lubi. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. Disponível em <<https://scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 27 set. 2025.

CIAVATTA, Maria. O Ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? Trabalho & Educação. Belo Horizonte. v. 23. n.1. p. 187-205. Jan-abr, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>> Acesso em: 10 set. 2025.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica, V. 04, N. 02, p. 86 - 113, Dez, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>> Acesso em: 29 out. 2025.

BROCCOLICHI, Sylvain; BEN AYED, Choukri; TRANCART, Danièle (org.). École les pièges de la concurrence: comprendre le déclin de l'école française. Paris: La Découverte, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set /dez. 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.



- MARX, Karl. O capital, Livro I, Volume II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SILVA, Matheus Teixeira da. Desigualdade: a necessidade de uma reconstrução normativa tributária. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília*, vol. 6, n. 1, 2024, p. 129-146.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MONTEIRO, Simone R. da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate, Pelotas*, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos, [S. l.]*, v. 2, p. 4-30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul. 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYTnwWvnGfdkztG/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 12 jun. 2024.
- RAMOS, Marise Nogueira. O “novo” ensino médio à luz dos antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. *Boletim Técnico do SENAC*, vol.29, n.2. Rio de Janeiro, pp.19-27, maio/agosto, 2003. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/522>> Acesso em: 12 jun. 2024.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Rubén (org.). A cidade contra a escola? segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.
- RIBEIRO, Vanda Mendes; KASMIRSKI, Paula Reis; AYED, Choukri Ben. Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza. *Educação e Pesquisa*, v. 49, 2023. Disponível em; < <https://www.scielo.br/j/ep/a/GhhmJCGh8XcGprpQNYsfs5K/#> > Acesso em: 26/06/2024.
- RIBEIRO, Vítor Marcelo. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. *Educação em Revista, Belo Horizonte*, v. 33, e-19609, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/pdCgb87YnG6cj8RQpMjXHkm/>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnia. Trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 1(1), p131-152, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgpxrxzCX5GYtgFpr7VbhG/> > Acesso em: 12 jun. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea). ISBN 978-85-7496-219-1.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogias contra-hegemônicas no Brasil. *Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu*, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2008. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>> Acesso em: 10 jun. 2024
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan/abr, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 10 jun. 2024.



SILVA, Vandei Pinto da. Omnilateralidade e teoria histórico-cultural: implicações para a formação da subjetividade. In: VII Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo 'A Transição como Atualidade Histórica', 2017, Marília. Staepe UNESP, 2017. p. 1-15. Disponível em:
<<https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2017106173115.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2024.

